

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

“Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico

“Tout a commencé avec D. Afonso Henriques”: le temps historique dans les récits des élèves de l'école primaire

“Todo comenzó con Don Afonso Henriques”: el tiempo histórico en las narrativas de alumnos de la Enseñanza Básica

“Everything started with D. Afonso Henriques”: historical time in the narratives of Basic Education students

Ana Isabel Moreira
Centro de Investigação Transdisciplinar «Espaço, Cultura e Memória»
(CITCEM)-FLUP
ana_m0reira@hotmail.com

Xosé Armas Castro
Universidade de Santiago de Compostela.
xose.arms@usc.es

Resumo: Aquilo que o tempo é pode suscitar entendimentos vários, também por consequência das experiências de aprendizagem que se vivenciam. Este artigo tem por objetivo principal apresentar as representações de estudantes de 10/11 anos, a frequentarem o Ensino Básico português, sobre o tempo histórico e os seus múltiplos sentidos. Pela redação de uma narrativa breve sobre a história de Portugal, e de acordo com as suas perceções, o tempo é componente do pensamento histórico, memória ou identidade. Pensa-se, depois, a leitura da experiência temporal no seio do desenvolvimento da consciência histórica dos alunos proporcionado por situações significativas no ensino da história.

Palavras-chave: tempo (histórico), consciência histórica, narrativas, Ensino Básico.

Abstract: The notion of time may evoke different understandings, also as a consequence of the learning experiences that each student undergoes. This article's main goal is to present the representations of 10 and 11 years old students, attending Portuguese Basic Education, about historical time and its multiple meanings. Through the writing of a brief narrative about the history of Portugal, based on their perceptions, time is a component of historical thought, memory or identity. Afterwards, the analysis focalizes on the reading of the experience of time but within the development of student's historical consciousness, provided by significant situations in history teaching.

Keywords: (historical) time, historical consciousness, narratives, Basic Education.

Résumé: Ce que le temps est peut susciter plusieurs interprétations, surtout à cause des expériences d'apprentissage vécues. Cet article a pour but principal de présenter les représentations des étudiants de dix/onze ans, qui fréquentent l'école primaire portugaise, sur le temps historique et ses multiples sens. A travers d'un bref récit sur l'histoire du Portugal, et selon leurs perceptions, le temps est un constituant de la pensée historique, de la mémoire ou de l'identité. On pense, alors, à la lecture de l'expérience

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

temporelle au sein du développement de la conscience historique des étudiants grâce aux situations significatives de l'enseignement de l'histoire.

Mots-clés: temps (historique), conscience historique, récits, école primaire

Resumen: El tiempo puede suscitar distintas comprensiones, también como consecuencia de las experiencias de aprendizaje vividas. Este artículo tiene como objetivo principal presentar las representaciones de estudiantes de 10/11 años que frecuentan la Enseñanza Básica portuguesa sobre el tiempo histórico y sus múltiples sentidos. A través de la redacción de una narrativa breve sobre la historia de Portugal, y de acuerdo con sus percepciones, el tiempo es componente del pensamiento histórico, memoria o identidad. Se aborda después la lectura de la experiencia temporal en el marco del desarrollo de la conciencia histórica de los estudiantes proporcionado por las situaciones significativas en la enseñanza de la historia.

Palabras-clave: tiempo (histórico), conciencia histórica, narrativas, Enseñanza Básica.

1. Introdução

Foi “há muitos anos”, “naquela época” não era assim, no “tempo dos senhores” a vida acontecia de outro modo, o “tempo presente” são só os dias de hoje, sem história para relatar. No discurso de quem aprende, também formalmente, a história, o tempo é, às vezes, sinónimo daquelas palavras. É, talvez, uma diversidade de ideias e perspetivas que se vão construindo desde sempre, porque tal aspeto, nas suas várias facetas, emerge recorrentemente por esta ou aquela razão, até mesmo na banalidade do dia a dia.

Para lá do meteorológico, do tecnológico, do de lazer, entre tantos outros, conta-se o tempo do acontecido numa sociedade qualquer, que a foi, ou vai, modificando e que, ao perpassá-la, deu forma a contextos vivenciais inúmeros e distintos nas suas especificidades. Realidades “daquele tempo”, de cada um deles, e que assim se podem, e devem, perceber. Temporalidades relativas aos ambientes sociais e às inter-relações aí vividas. Porque há, entre séculos, décadas, ou mesmo anos, uma história que ganha contornos diferentes e são essas tais diferenças que se têm de marcar ao longo do tempo. Há, pois, um tempo vivido que, depois, se retrata numa narrativa logicamente construída, com sentido, enquanto condição da existência temporal (Ricoeur, 1983). Entendem-se ações sucessivas, pensamentos, sentimentos, num retorno do acontecido que não se abstrai do ser humano, mas que, a partir da temporalização de estruturas históricas, evita generalizações ou extrapolações entre épocas distintas (Koselleck, 2000). Os tempos diferentes, de facto, podem cruzar-se, até relacionar-se, sendo também desta forma que se define a historicidade da existência humana e a temporalidade do ser.

Aquele tempo histórico, assim como outros tempos, é progressivamente compreendido por cada indivíduo de modos distintos. Estes não têm de ser

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

entendimentos mais ou menos válidos, melhores ou piores, mais ou menos científicos. São representações individuais que vão sendo construídas ao longo de um percurso pessoal e de acordo com as oportunidades experimentadas, as interações protagonizadas, as informações apreendidas e provenientes de diferentes meios de comunicação.

Crianças de 10 ou 11 anos de idade, que são também sujeitos em formação no âmbito do saber sobre história, vão percebendo o tempo histórico de modo particular e interpretável à luz daquela que é a sua experiência de aprendizagem de tal conceito de segunda ordem.

Ao longo das próximas linhas, temos por intenção evidenciar as representações construídas por estudantes daquelas idades, a frequentarem o Ensino Básico português, sobre aquilo que é o tempo histórico. No total, 90 alunos, oriundos de instituições de ensino públicas e privadas, do distrito do Porto, responderam a um inquérito por questionário no âmbito de um trabalho de investigação mais amplo alusivo às representações e narrativas de estudantes e docentes do 2.º ciclo sobre a história e o seu ensino. A partir de catorze perguntas incluídas em tal instrumento de recolha de dados pretendeu-se analisar as representações elaboradas pelos alunos sobre a história como saber científico, como área disciplinar estudada na sala de aula e presente no quotidiano e sobre personagens e acontecimentos que compõem a história de Portugal. Sem que se esquecesse, naturalmente, que há discursos sociais, tradições escolares e políticas educativas que influenciam as representações elaboradas por cada um.

Pelas suas narrativas, escritas ao longo de vinte minutos, os estudantes manifestaram, também, um particular sentido conferido ao tempo que enforma a história de Portugal. Um tempo que não assume, com efeito, um só significado.

2. Contexto e metodologia

Na nossa perspetiva, o tempo histórico aprendido pelos estudantes foi considerado, de alguma forma, na sua manifestação em diferentes níveis de progressão, desde um mais elementar até ao mais complexo. Por outras palavras, distinguiram-se as interpretações que somente listam factos históricos sem qualquer lógica cronológica ou as que olham para a história como um processo linear, daquelas que já evidenciam o reconhecimento de situações de mudança e continuidade como reflexos de progresso e

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

declínio e, ainda, das diferentes visões que podem dar forma ao entendimento de avanços ou retrocessos face a ações concretizadas ou factos acontecidos.

Porque o tempo é, também, componente do pensamento histórico, na perspetiva estabelecida por autores como Seixas e Morton (2013). Associa-se, então, às mudanças e às continuidades ocorridas durante uma história que não se faz, apenas, de nomes, datas ou factos listados; e relaciona-se, ainda, com as ideias de progresso e declínio. Além disso, é um tempo percebido coletivamente, racionalizado e orientado para o passado (Domínguez, 2015); objetivo, porque medido cronologicamente e subjetivo, sendo uma construção socialmente mediada, porque variável e heterogéneo de acordo com os grupos humanos e as épocas. De facto, e na opinião daquele mesmo autor (Ibid.: 171):

Situar los hechos del pasado en el tiempo, y relacionarlos con su contexto histórico, comprender cómo y por qué cambian de manera rápida o lenta, o si se mantienen sin variación por largo tiempo, valorar si los cambios han traído progreso o retroceso... son sin duda aspectos esenciales del pensamiento histórico.

Todavía, tempo também pode ser sinónimo de memória e, mais ainda, de identidade. Porque em redor de qualquer sujeito se vai destacando, desde uma apreensão precoce, a presença da memória histórica. Mas a abordagem da mesma pode denotar a existência de uma memória neutra e objetiva, de um passado em termos absolutos ou sagrados (Carretero e Borrelli, 2008) ou, num outro sentido, a prevalência da perceção de que a história, que não deixa de ter sempre o passado como referente, pode ser mais do que uma só memória ou mais do que uma particular via para a manipulação ideológica e para o apagamento de alguns momentos que ainda contam o realmente acontecido. Porque pode incluir diferentes pontos de vista, explicações que são plurais, o questionamento das representações tidas como hegemónicas, a aceitação de um pretérito que é, intrinsecamente, diverso (Barca, 2015).

Para além de ser “[d]aquilo com que se constroem os discursos sobre o passado” é, também, aquilo “de que se alimentam as visões atuais” (Rosas, 2009: 19). Por outras palavras, a memória é sinónimo de tempo presente. E pode ser, ou nem tanto assim, o percurso para que progressivamente se reconheça, nos conteúdos históricos do passado, uma utilidade para uma atualidade da qual os sujeitos de hoje fazem parte e onde podem ser atores interventivos. Analisando, historicamente, o que diferencia a sociedade atual e

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

as sociedades de tempos idos, talvez vivenciem a oportunidade de, ao longo de um processo de desenvolvimento de perceções e entendimentos, compreenderem de modo mais claro a realidade, os conflitos, as dinâmicas, as posições assumidas por diferentes personalidades políticas, sociais ou culturais.

A compreensão do tempo histórico por aqueles supracitados sujeitos de 10 ou 11 anos, portanto a frequentarem o 6.º ano de escolaridade, foi detetada pelas suas redações sob a forma de narrativas históricas. Escreveram sobre a história do país onde vivem, como se a contassem a um desconhecido portador de outra nacionalidade, e incluíram nos seus textos os factos, personalidades, tempos ou circunstâncias que consideraram mais relevantes no relato da história de Portugal. Fizeram-no a partir da seguinte questão, a última do inquérito por questionário aplicado: *Imagina que o Andras, um rapaz húngaro da tua idade, vem visitar Portugal pela primeira vez. Tu tens a oportunidade de o conhecer e de lhe falar um pouco sobre o teu país. O que lhe contas sobre a História de Portugal? Escreve-o num pequeno texto (8 a 10 linhas).*

Com base numa análise textual sistemática, e no contraste com estudos internacionais e nacionais sobre narrativas e pensamento histórico (Domínguez, 2015; Seixas e Morton, 2013; Barca, 2010; Solé, 2009), os textos produzidos pelos 90 estudantes foram classificados em níveis progressivos de compreensão do tempo histórico. Assim, utilizando os procedimentos inerentes à *grounded theory* (Glaser e Strauss, 1967), para a definição categorias a partir de dados coligidos, identificamos, nos relatos dos estudantes, quatro distintos níveis de análise:

Nível 1: Relata acontecimentos da história de Portugal em forma de listagem, sem referências à cronologia histórica nem a processos de mudança.

Nível 2: Situa cronologicamente acontecimentos e personagens da história de Portugal, apresentando-os como parte de um processo linear.

Nível 3: Utiliza adequadamente a cronologia relativa à história de Portugal. Identifica situações de mudança e de continuidade como expressões de progresso ou declínio.

Nível 4: Utiliza adequadamente a cronologia relativa à história de Portugal e alguns conceitos temporais. Identifica situações de mudança e/ou continuidade que podem ser entendidas como avanços ou retrocessos desde diferentes perspetivas.

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

A interpretação das narrativas dos estudantes contemplou, ainda, duas outras dimensões aí plasmadas. Por um lado, as mesmas foram analisadas enquanto ferramentas culturais que, pela lógica da sua trama textual, não raras vezes contribuem para reforçar identidades nacionais fechadas e se caracterizam pela dicotomia entre “nós” e os “outros”, pela simplificação dos processos históricos e por uma mitificação de personagens e acontecimentos que surgem como sinónimo de glórias nacionais (Carretero, 2017; VanSledright, 2008; Wertsch, 2004). Por outro lado, os noventa textos redigidos permitiram que se entendesse a consciência histórica desenvolvida por cada um (Rüsen, 2010; Seixas, 2005) e que se associa, em parte, à compreensão dos contextos sociais, culturais, intelectuais e emocionais que moldaram a vida, as atuações, os pontos de vista dos protagonistas do passado. Aquele passado que é feito de um tempo diferente do presente. De forma mais ou menos explícita, nas narrativas históricas construídas, distinguiram-se, pois, os modos de raciocínio moral perfilhados por cada um dos indivíduos, bem como as relações estabelecidas entre passado, presente e futuro.

Tomou-se em consideração, portanto, o conteúdo de cada narrativa que denota, de modo mais ou menos claro e burilado, as diferentes dimensões do pensamento histórico. Porém, olha-se com maior atenção, neste artigo, para o modo como o tempo (histórico) foi olhado, pensado, contado. Se como mera cronologia de factos, se como memória que influencia uma identidade construída, se como lições passadas que precisam de orientar o presente, se como diferenças várias que moldam contextos históricos que, assim, são justificadamente distintos, ou se como qualquer outra perspetiva assumida.

3. O tempo histórico nas narrativas dos estudantes

Recorrendo aos níveis de análise antes explicitados, as narrativas elaboradas pelos estudantes do 2.º ciclo do Ensino Básico foram a cada um deles devidamente associadas.

No **nível 1** agrupamos um pouco mais de metade das mesmas (49 de 90). Em tais relatos, o tempo histórico apresentou-se como uma lista de nomes e datas, elencados de uma forma aleatória, ainda que por vezes tenha sido respeitada a ordem cronológica dos mesmos, mas sem marcas de uma intencionalidade inerente. Esqueceram-se processos de mudança e/ou de continuidade e a seleção dos elementos inclusos naquela

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

enumeração refletem a sua valorização acontecida nos diversos contextos sociais, sejam eles a sala de aula, os manuais escolares ou os meios de comunicação.

Nessas narrativas não se evidenciaram referências distintas aos anos, às décadas ou aos séculos em que os eventos ocorreram e as personalidades atuaram e, por sua vez, os conceitos temporais simples não foram mobilizados de modo significativo:

Eu dizia-lhe o 1.º rei de Portugal (D. Afonso Henriques), contava-lhe dos descobrimentos, das invasões francesas, do terramoto de Lisboa, do princípio e do fim da monarquia, da República, de Salazar e do 25 de abril. (aluno 1, 10/11 anos)

Cerca de um terço das narrativas (28 de 90) associaram-se ao nível 2 de compreensão do tempo histórico. Assim, contaram-se os acontecimentos e as personalidades numa linearidade temporal, situados cronologicamente, e com uma intenção mais clara sucederem-se os conceitos temporais simples, mas sem que ainda se distingam aqueles que são os factos de curta ou de longa duração. Tome-se como exemplo, a narrativa que se segue:

A História de Portugal é muito grande e tudo começou com D. Afonso Henriques ao fundar o país. Seguiu-se com os Descobrimentos, onde ficámos com muitas colónias e enriquecemos. Mas os espanhóis dominaram Portugal e governaram durante 60 anos! Mas recuperamos o país. Passámos por reis, uma 1.ª República, Ditadura Militar, Estado Novo e agora uma democracia. E esta é a História de Portugal resumida. (aluno 2, 10/11 anos)

Há uma espécie de movimento pendular (Barca e Schmidt, 2013) que denuncia a transformação histórica ao longo dos tempos, por via de períodos cronologicamente ordenados. Enumeram-se diferentes formas de governo e regimes políticos –monarquia, república, ditadura, democracia– que marcam a diferença entre os distintos momentos históricos. E ainda por via de outras narrativas incluídas no supracitado nível de análise, contam-se uma monarquia durante a qual D. Dinis investiu em obras públicas, os Descobrimentos trouxeram muita riqueza ao país e o Marquês de Pombal reconstruiu a cidade de Lisboa; uma república que, pela sua instabilidade, não se prolongou no tempo; uma ditadura (salazarista) que condicionou liberdades, mas que também ocasionou a estabilidade financeira; uma democracia atual que, a par da inovação tecnológica, orienta a mudança do hoje no sentido de um progresso moderado.

Um reduzido grupo de estudantes (11 dos 90 participantes) puderam incluir-se, pelos seus textos apresentados, num **nível 3** de compreensão do tempo histórico. Desta

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

forma, não se limitaram a uma sequência cronológica de factos, mas identificaram, ainda, situações de progresso ou declínio e momentos de rutura. Em simultâneo, foram capazes de, implicitamente, e apenas em alguns exemplos, distinguir os eventos históricos de curta duração e aqueles que, de um outro modo, se prolongaram na sua singularidade. Uma sucessão de reis portugueses permitiu a continuidade da monarquia, mas que foi interrompida, num determinado período de tempo, pela perda da independência do reino português para Espanha, em 1580, numa situação de evidente declínio. A 1.^a república, pese embora os seus poucos anos de vigência, favoreceu algum progresso no âmbito educativo e da saúde. Um outro regime político, desta vez a ditadura (do Estado Novo), significou a perda de liberdades individuais e, por isso, um retrocesso social e cultural, mas menos significativo face à estabilidade económico-financeira alcançada, com a resolução “de todos os problemas económicos de Portugal”. No entanto, a Revolução dos Cravos (em 25 de abril de 1974) conta-se como um momento de rutura, que “tornou Portugal um país novo” e num período de reconhecida evolução, uma vez que a democracia “trouxe coisas novas”, como uma Constituição que veiculou a recuperação daqueles direitos antes anulados. Aspetos que surgem evidentes no seguinte relato:

O nosso primeiro rei foi D. Afonso Henriques. A Monarquia durou muitos séculos em Portugal. Deu-se a revolta republicana instaurando-se a República. Mas esta não durou muito tempo pois passado alguns anos deu-se o golpe militar de 28 de maio de 1926. Salazar convidado para ser ministro das finanças acabou com a crise económica, financeira e social do país. Para acabar com este regime político, Estado Novo, os militares em 25 de abril de 1974 realizaram uma revolta. (aluno 3, 10/11 anos)

O olhar dos sujeitos que narraram a história de Portugal, impregnado de um tempo que é presente, de alguma forma os distanciou das razões e intenções das gentes do passado, atuantes noutros contextos sociais, culturais, intelectuais e emocionais. Por isso, não evidenciaram, nas suas narrativas, terem sido capazes de entender as mudanças e as continuidades, acontecidas no país, a partir de diferentes perspetivas ou olhares ou mesmo se aquelas transformações foram rápidas ou, pelo contrário, mais lentas e estendidas no tempo. Embora façam uso de conceitos temporais complexos, quando se referem “à época dos Descobrimentos” ou ao que se verificou “durante a ditadura de Salazar”, não os incluem num discurso argumentativo que denuncie um domínio realmente consciente e uma utilização deliberada dos mesmos.

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

Naquele que definimos como o **nível 4** da compreensão do tempo histórico não incluímos nenhuma narrativa sobre a história de Portugal produzida pelos estudantes. Pensar historicamente não se limita ao conhecer e saber utilizar as convenções cronológicas, mas será sobretudo reflexo de um entender, com significado, as noções temporais e ser capaz de mobilizá-las adequadamente quando associadas à cronologia histórica (Blow, Lee e Shemilt, 2012; Domínguez, 2015). Porque em relação a tal dimensão específica, nenhum texto denotou uma apropriação individual e adequada da cronologia relativa à história de Portugal e de, pelo menos, alguns conceitos temporais essenciais, assim como não retratou a assunção de diferentes perspetivas na identificação de situações de mudança e/ou continuidade que podem ser percebidas como avanços ou retrocessos.

Face a uma história que é antinatural (Wineburg, 2001), cada indivíduo tem de tomar consciência da sua própria perspetiva para, só depois, entender aquela que pertenceu aos sujeitos que fizeram o passado. Ao vivenciar a oportunidade de, na sala de aula, desenvolver, com clarividência, a empatia histórica, poderá, então, pensar o tempo de um modo mais complexo. Porque quando se assume como capaz de se colocar no lugar do outro, considerando sentimentos e ações possíveis, aquele indivíduo confronta diferenças reais e, assim, vai compreendendo razões, emoções e intervenções de sujeitos outros que viveram uma realidade temporal diferente da de hoje. Progressivamente, a redação de narrativas sobre a história de Portugal poderá contribuir para que mesmo os mais novos, porventura com 10 ou 11 anos de idade, disponham de um marco global mínimo da evolução histórica, ou seja, que vão vivenciando o real desenvolvimento da sua consciência histórica, ao mesmo tempo que vão reconhecendo que os relatos sobre o passado não são únicos, destacam, cada um deles, aspetos distintos e podem refletir diferentes pontos de vista.

4. Entre as narrativas históricas e a identidade nacional

As narrativas podem surgir, também, sob a forma de relatos da história própria de um país e, subjacente a essa sua dimensão nacional, caracterizadas, não raras vezes, pela mitificação de acontecimentos do passado ou pela recuperação acrítica de atuações de personagens, pela conceção romântica e de valorização das ações do próprio grupo em detrimento dos demais, pelas fundamentações essencialistas que ocasionam uma

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

interpretação do passado assente em orientações morais básicas (Carretero *et al.*, 2013; VanSledright, 2008). São, tais narrativas nacionais, uma memória gerada por uma comunidade concreta, difundida por mecanismos vários, como os manuais escolares ou as práticas docentes, que medeia a interpretação do passado concretizada por tal grupo (Wertsch, 2004).

De alguma forma, a reabilitação da memória, nomeadamente social, enquanto base identitária, é pois estruturante na construção da cidadania requerida pelos tempos presente e futuro.

Pensar sobre os conteúdos da história recente, ou seja, aqueles factos primordiais no impacto social, como a ditadura salazarista ou a Revolução dos Cravos, cujas consequências nas várias dimensões da vida humana ainda se refletem no presente (Carretero e Borrelli, 2008), pode ser um caminho para se recuperar tal memória social. E, talvez assim, os sujeitos conheçam, de facto, o tempo passado para entenderem depois o presente em que vivem. Nas suas diferenças e semelhanças, nas consequências que tiveram causas, nos exemplos de progressos e declínios, nas ações de ontem e nas intervenções de hoje das várias personalidades históricas, no que foi e no que vai acontecendo.

Numa espécie de memória coletiva genérica evidenciada por aqueles sujeitos leitores de períodos históricos que, com maior ou menor clareza, se definem, a mensagem nuclear, sob a forma de um esquema narrativo, conta uma história que “começou em 1143 com a grande ajuda do rei D. Afonso Henriques”, que passa pela época dos Descobrimentos “em que o nosso país foi essencial e muito honrado”, à qual se segue a ditadura salazarista, uma época em que o país se desenvolveu, em que houve riqueza e emprego, em que se investiu nas obras públicas e no bem-estar, quase se esquecendo as restrições às liberdades individuais impostas e que culmina com a revolução de 25 de abril de 1974, “que deu a liberdade a todos os portugueses”.

Há, então, na recordação construída por cada um, tempos que parecem ocasionar conotações indubitáveis, sentimentos mais positivos, intenções de viagens ao passado, representações potenciadoras do orgulho. Destacam-se como períodos e/ou acontecimentos com presença denotada na cultura histórica dos sujeitos: o “25 de abril”, os “Descobrimentos”, a “Época de Salazar” e a “Monarquia”.

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

Pelos trajetos da sua memória, se a viagem acontecesse até à época dos Descobrimentos, aí podiam “entrar em grandes naus e viajar pelo mundo fora”; se terminasse na época da monarquia, talvez permitisse a alguém “ser rei”; ou se alcançasse aquele “dia [25 de abril] muito bonito para Portugal”, ver-se-iam as ruas de Lisboa pejudadas de cravos vermelhos.

Porém, e de forma mais significativa, reconhece-se, subentendida nas palavras redigidas, a lembrança prevalente dos momentos históricos aos quais se atribui, tradicionalmente, um carácter heroico ou glorioso.

Afirmam-se, assim, as representações da história de Portugal muito particulares, porque assentes nas estórias e nos mitos patrióticos que, maioritariamente sobre outrora, se contam no seio dos diferentes espaços sociais. Às referidas características nada violentas e em prol da conquista da liberdade inerentes à revolução do 25 de abril de 1974 ou à descoberta de novos territórios e à riqueza alcançada pela expansão marítima iniciada no século XV, acresceram outras alusões emotivas e que, inevitavelmente, se associam a uma orgulhosa constituição da identidade nacional. Por isso, houve relatos referenciadores da “época de D. Afonso Henriques”, onde se pôde “sentir a emoção de nos tornarmos oficialmente um país” ou da Batalha de Aljubarrota, durante a qual “os soldados portugueses que eram $\frac{1}{4}$ dos espanhóis ganharam”.

Mas estes diferentes discursos da memória, intervenientes na luta simbólica pela reconstrução do passado, são também testemunhos de uma condicionada compreensão histórica do acontecido, nomeadamente pelos mais novos. E, conseqüentemente, as perceções mais positivas e potenciadoras de sentimentos de exaltação assentam, não raras vezes, na desconsideração de processos, especificidades e contextos históricos particulares.

Por exemplo, os jovens respondentes parecem ter esquecido, eventualmente porque aquando das aulas de história não entenderam de facto, a opressão ocorrida durante o Estado Novo e que ganhou contornos de crimes sistemáticos cometidos contra o povo, ações arbitrárias e desumanas para o enquadramento das massas populares, uma guerra com inequívocas conseqüências nefastas. A ação bem-sucedida no domínio financeiro, protagonizada pelo ditador português, surge, assim, como uma justificação que faz quase desaparecer dos relatos as vilanias também encetadas, “porque apesar de Salazar nos ter tirado direitos, conseguiu o equilíbrio financeiro”. Estas interpretações

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

que, em parte, branqueiam os reais contornos da ditadura salazarista, também parecem retratar uma espécie de aceitação natural de um regime ditatorial e a consequente banalização das suas dimensões mais controversas, mas reais, como a censura, a repressão ou a dominação colonial. A narrativa a seguir apresentada é, em algumas das suas palavras, exemplo desse discurso elaborado:

Na época de Salazar não se podiam fazer greves, nem criticar os governantes. Mas ele também teve coisas boas, como, por exemplo, mandou construir a ponte 25 de abril, em Lisboa. Também conseguiu aumentar os impostos para conseguir pagar empréstimos que Portugal pedia a outros países. (aluno 5, 10/11 anos)

Aquele foi o período da estabilidade e do crescimento económico, numa ‘história oficial’ que ainda hoje se vai dizendo, numa cultura política que assim perdura. Estas imagens algo distorcidas de um tempo pretérito, que dão forma a uma memória atual, são, aqui, elaborações de jovens no início da sua formação académica e no começo de uma consciente vivência sociocultural. Mas que resultaram, também, da apreensão de perspectivas idênticas que se manifestam, por exemplo, nos discursos sociais que pululam nos meios de comunicação ou pela voz de sujeitos do quotidiano que viveram num tempo passado, e diferente, do país que hoje continua a ser Portugal (Loff, 2008).

Por sua vez, e sobre um período histórico anterior, Bartolomeu Dias, que “dobrou o Cabo das Tormentas” e Gil Eanes, que “dobrou o Cabo Bojador” ou acontecimentos como a descoberta do Brasil, são referidos nas narrativas, porém, na maioria dos casos, os Descobrimentos portugueses, iniciados naquele século XV, são repetidamente salientados como um feito dos portugueses, em geral. Surge, assim, um discurso eufórico sobre “uma época boa para Portugal”, em que o país “foi muito”, pelos territórios conquistados em África, na América e na Ásia e pela riqueza acumulada com a exploração e comercialização dos produtos disponíveis naqueles continentes:

Portugal foi muito, principalmente nas descobertas e conquistas pelo mundo através do mar. Foram muito corajosos, porque nunca ninguém tinha navegado pelos mares perigosos sem saber o que iria encontrar do outro lado dos cabos, pensando que iriam enfrentar monstros. Mas, apesar dos medos, uniram os quatro cantos do mundo. (aluno 6, 10/11 anos)

As suas palavras não refletem exclusivismos xenófobos, mas o pensamento intercultural também não faz parte dos relatos e, sobre um outro assunto parece,

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

novamente, branquear-se o tempo passado e omitir-se, de alguma forma, aquelas informações negativas em relação aos elementos do seu grupo, os portugueses, e que podem beliscar o orgulho nacional. Naquela época “de conquistas (...) através do mar”, os portugueses “uniram os quatro cantos do mundo”, numa narrativa em que os sujeitos, desta vez, esqueceram as populações locais que foram subjugadas e uma colonização que realmente aconteceu. Testemunhos, pois, de uma orientação moral básica, de um não reconhecimento do outro que foi dominado, escravizado, subalternizado, daquele que ‘não sou eu’, mas que também, e naturalmente, apresenta gostos, sentimentos, uma personalidade, uma forma de pensar que só lhe pertencem a ele (Brenifier e Després, 2007; Todorov, 1987).

Para metade dos inquiridos, a perceção dos tempos idos emerge, deste modo, incompleta, parcialmente narrada e assentando na dimensão positiva para aquele que escreve e para quem a história é, então, “relato triunfal de construcción de la nación [que] alcanza su clímax en el ideal de «unificación»” (Carretero e Kriger, 2006: 16).

Os sujeitos não evidenciaram uma efetiva capacidade para se colocar no lugar do outro e sentir o que esse outro, diferente de si, terá sentido (László e Liu, 2007), por exemplo identificando os direitos e as liberdades inalienáveis das populações locais que, em parte, foram anuladas pela dominação portuguesa (e europeia). Mas, contraditoriamente, e com traços de alguma curiosidade, entenderam que a ação ‘gloriosa’ de D. João I e dos muito menos soldados portugueses face aos espanhóis, aquando da Batalha de Aljubarrota, foi legítima e determinante para que Portugal não perdesse a sua independência e, por isso, “continuámos Portugal”.

‘Nós’, os portugueses, na verdade, apenas “somos um povo humilde que lutou pelos seus direitos até ao fim”. Há, assim, um imperativo da identidade nacional que, evidentemente, limita a perceção das diversas ações e intervenções que, em distintas etapas, foram dando forma à história portuguesa, nem sempre positivas, legítimas ou dignas de um realce impoluto. Na verdade, são aquelas opiniões que se constatarem, repetidamente, nos discursos sociais, nos meios de comunicação, às vezes pela narrativa dos professores ou nas páginas dos manuais escolares, que também se materializam, simbolicamente, em efemérides públicas e que, por isso, detêm notórias consequências na compreensão histórica dos mais jovens, levando-os “a aplicar al pasado algunos

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

esquemas presentes” (Castorina, 2005: 244) ou, eventualmente, a olhar o presente pelas lentes do passado.

5. O passado e a consciência histórica dos mais novos conhecedores da história

De uma forma geral, os narradores daqueles textos que se redigiram sobre a história de Portugal fizeram os tempos dessa mesma história. Tiveram como referentes, em parte, os assuntos que se sabem abordados nas aulas da disciplina, nos manuais escolares, pela voz dos professores e, como tal, tacitamente os entenderam como épocas históricas. Também porque esta especificidade histórica, com jovens de 10 ou 11 anos de idade, tendo em conta o nível de escolarização desses sujeitos, não é estudada explicitamente, antes surge imiscuída num discurso cronológico que se constrói paralelamente às aprendizagens históricas que vão acontecendo. Esse estudo explícito da periodização acontecerá, então, em situações de ensino e de aprendizagem mais tardias.

Depois, no seio das narrativas elaboradas, o carácter histórico dos processos passados perdeu representatividade e o tempo de hoje assumiu-se como igual ao tempo de outrora, num testemunho de uma identidade nacional que é atemporal. De facto, a utilização daquela primeira pessoa do plural nas formas verbais aplicadas ou do pronome pessoal 'nós' em quase metade dos textos escritos evidencia a explícita identificação dos estudantes com as personalidades históricas, ou seja, “... una nacionalidad común o bien una continuidad entre los protagonistas históricos y los participantes del estudio” (Carretero *et al.*, 2013: 10).

A voz principal em cada uma das narrativas representa um sujeito histórico simplificado e idealizado que, numa lógica de inclusão de uns e de exclusão de outros, é portador de características particularmente positivas e distintivas: 'nós', os portugueses, “somos um povo humilde”, um país “de muita cultura” e “um dos países mais determinados do mundo”, com “uma história fascinante”. Há, como tal, exemplos de um olhar ingénuo, ou enviesado, face aos factos históricos, quase como uma incontornável leitura otimista dos tempos vividos, muitas vezes caracterizada pelo modo acrítico, pela suavização do passado ou pelo silêncio que desvaloriza.

Os sujeitos olharam, ainda e sem diferenciação, para o ontem e para o hoje e conceberam a nação, os cidadãos, a identificação com ambos de forma romântica e

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

essencialista, talvez porque sejam “entidades políticas preexistentes, com uma espécie de natureza eterna e «ontológica»” (Ibid., p. 8). A nação é algo tão presente, o imaginário cultural reforça constantemente essa identificação nacional banalizada e, como tal, a voz coletiva vai emergindo. Depois, o sentimento nacionalista quase que espontaneamente desperta e os diferentes atos da comunidade que é aquele país, acontecidos ao longo de vários séculos até à atualidade, são legitimados tautologicamente, enquanto direitos essencialistas.

Num outro sentido analítico, porém, a orientação temporal dos indivíduos associa-se à simples herança das intervenções das gentes do passado, e aqueles sujeitos assumem-se como apenas espectadores da história e não apresentam pistas concretas sobre a eventual criação de condições favoráveis a um futuro coletivo. Como se a história, que também conta a trajetória daquela nação decorrida no tempo, não fosse provisória e passível de acréscimos presentes (Létourneau, 2017). Ou como se aquele Portugal pudesse ser somente reconhecido como uma realidade passada incontestável ou uma memória fechada e impenetrável pela crítica e pelo contraditório.

É, desta forma, que parece ser viável a construção de uma identidade nacional forte, influenciada por uma espécie de carga emocional. Mas particularmente marcada pela nação iniciada “em 1143”, que se caracteriza pela estabilidade, quase imutabilidade, das suas propriedades enquanto nação ou, talvez, enquanto grupo “que mantém a sua coerência, que é capaz de vencer ataques externos ou dificuldades internas, de se subsistir como suporte dos indivíduos que o compõem” (Mattoso, 2006: 20).

As narrativas apresentadas, como qualquer outra simplificação da história, tenderam a omitir, de forma generalizada, as personagens menos conhecidas, ou mesmo anónimas. Quase como se não fossem reais, e possíveis, as histórias alternativas, as outras perspetivas do acontecido ou outros protagonistas diferentes daqueles que são os habituais (Carretero, 2017). Quase como se a história que se conta se tivesse feito, apenas, porque as personagens de nome mais repetido, ao longo do tempo, atuaram desta ou daquela forma. Ou como se naqueles períodos considerados históricos não houvessem existido sujeitos comuns, iguais a cada narrador de agora, ou momentos sem batalhas, guerras e conquistas, somente retratos do rotineiro quotidiano daquele tempo, sendo este, na verdade, vários.

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

Além disso, as figuras da atualidade não são, em caso algum, referenciadas, sobretudo porque, e na voz de um dos sujeitos, “depois já não há história, porque são os dias de hoje”. O presente, portanto, não continua a dar forma à história de Portugal. É o hoje, o vivido, o conhecido logo à partida, por isso, não detém a mesma dimensão histórica do ontem, ouvido pelas palavras dos muito mais velhos, sabido apenas pelas páginas de livros e enciclopédias digitais. O presente, portanto, não se conta.

Assume-se, todavia, a existência de um Presidente da República em detrimento de um rei, numa democracia herdada da Revolução dos Cravos, mas numa história que, de facto, não é participada. Em relação aos pontuais marcadores históricos apontados, a contemporaneidade caracteriza-se, em poucas linhas, desta forma: “agora vivemos numa República, onde as tecnologias são mais avançadas”, como se pode ler na narrativa abaixo transcrita. A crise económica “que começou em 2008”, também surge de modo fortuito referida, naturalmente decorrente da sua divulgação constante nos meios de comunicação e da sua presença na realidade social portuguesa de hoje.

Há muitos anos, Portugal só tinha nómadas, pessoas pobres que não conheciam quase nada. Os reis mudaram tudo. Os reis mandavam em Portugal. Na ditadura muitos políticos que tinham opinião diferente de Salazar iam presos. Na guerra colonial morreram muitas pessoas, por esse motivo aconteceu a revolução de 25 de abril. Agora vivemos numa República, onde as tecnologias são mais avançadas. (aluno 7, 10/11 anos)

6. Tempo de conclusões: (re)pensar o ensino da história de Portugal

O tempo histórico, neste artigo pensado a partir das representações de estudantes do Ensino Básico, integra, sob a forma de uma das suas dimensões, aquele que tem vindo a ser denominado como pensamento histórico. De formação gradual, pode traduzir-se na construção de conhecimentos históricos para pensar a realidade do hoje, particularmente com a intenção de uma orientação prática da vida mundana (Rüsen, 2010). São, por outras palavras, destrezas estratégicas (Domínguez, 2015; Seixas e Morton, 2013; Wineburg, 2001), ou, para alguns, conceitos de segunda ordem, que permitem conferir significado e sentido àqueles que são, por sua vez, os conhecimentos substantivos (Saíz e Gómez, 2016), isto é, os nomes, datas ou factos. Contemplando outras dimensões, além do tempo histórico, como a relevância, a causalidade ou a valoração ética, em níveis progressivamente mais elevados, o pensamento histórico que

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

assim se desenvolve adquire contornos de competências que permitem pensar, ler, escrever e argumentar no âmbito da história, também do tempo presente.

É expectável, deste modo, que vivenciando outras, e diversas, aprendizagens significativas, experiências que entrecruzam tempos vários, oportunidades de saber que não se concretizam “in the form of disjointed, boring and abstract historical matters of fact” (Kölb e Straub, 2001: 30), cada um daqueles sujeitos, narradores da história de Portugal, possa vir a posicionar-se em níveis de compreensão histórica (ainda) mais elevados e “comprender y apreciar el papel y la relevancia que el pasado tiene en el presente y, en último extremo, cómo nos condiciona también el futuro” (Domínguez, 2015: 171).

A escrita é forma duradoura que tem permitido o registo cumulativo do ocorrido e experienciado aqui e além. Relatar causas e consequências, relevâncias sob a forma de eventos e personagens ou questões morais, tempos curtos e tempos longos, estruturas ou conjunturas faz-se em relação ao passado, mas não só. Sobre o presente, o que agora se vivencia, numa sociedade repleta de inúmeras dimensões inerentes à vida humana, também se pode narrar com contornos históricos. E enquanto o olhar para o passado tem de ser redigido com as palavras de antigamente, o olhar para o presente apenas requer que cada um dos narradores encare e se comprometa com o hoje, um tempo no qual pode interpelar os factos, atuar na realidade envolvente, questionar intervenções de outros atores da história.

Em parte, para que tal aconteça de facto, a educação histórica dos estudantes portugueses precisa, segundo a nossa perspetiva, de beneficiar de algumas mudanças, a começarem ainda no Ensino Básico.

Desde logo, a distanciação dos currículos oficiais face a metas e indicadores de aprendizagem detalhados e minuciosos, que podem ser medidos e avaliados fácil e objetivamente, antes se aproximando daqueles que serão os fins primeiros da educação histórica e que se orientam no sentido da formação de cidadãos informados e capazes de pensar criticamente o passado e o presente da sociedade portuguesa (Alves, 2001). O ensino da história pode direccionar-se, assim, para uma leitura do tempo subjacente ao desenvolvimento da consciência histórica de cada um. Porque, deste modo, é possível que os sujeitos detetem meios e modos para se posicionarem no contexto da vida prática, relacionando, com sentido, os valores e intenções característicos dos diferentes

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

ambientes sociais que se foram sucedendo (Rüsen, 2010; Seixas, 2005). Fazendo-o em detrimento da mera repetição de perspetivas estereotipadas, de visões distorcidas ou de opiniões, apenas, individuais. Percebendo a história intrinsecamente ligada à experiência temporal. Conferindo significados a um fluxo, ininterrupto e que não se domina, com contornos de fenómeno humano e quotidiano, num aprimoramento progressivo de tal consciência histórica.

Depois, as narrativas sobre o passado de Portugal que se utilizam nas classes de história não podem surgir, maioritariamente, sob a forma de relatos fechados e lineares, centrados nos grandes acontecimentos e personagens da história do país e destinados a desenvolver uma identidade nacional uniforme. Num outro sentido, os estudantes, na sala de aula, podem dar forma a, ou discutir, narrativas várias, promotoras de leituras diversas, reveladoras de diferentes perspetivas sobre valores como a liberdade e os direitos humanos ou problemas socialmente vivos (Legardez e Simonneaux, 2006), como a escravatura, as guerras, a democracia, o meio ambiente.

A prática de ensino da história, por sua vez, tem de ser mais do que as recorrentes exposições orais dos professores, a leitura habitual do manual escolar ou as provas de avaliação de carácter memorístico e repetitivo. Pode, por outro lado, centrar-se na pesquisa e indagação e nos métodos interativos (Domínguez, 2015; Levstik e Barton, 2011; Seixas e Morton, 2013; Wineburg, 2001), ou seja, numa atuação realmente ativa e envolvida por parte dos alunos, na aula, enquanto contributo para o desenvolvimento das suas destrezas no âmbito da história, como a compreensão da dimensão temporal ou a competência narrativa.

Contar a história de Portugal implica, pois claro, um sem número de analepses. Ir ao tempo pretérito e aí encontrar contextos diferentes, outras intenções, formas de vida distintas. Mas é, também, e pelo aprimoramento da empatia histórica, entendê-lo à luz desse mesmo tempo. Passado, enformado noutros valores e pensamentos, decorrente das aprendizagens paulatinas do ser humano. Depois, exige ainda que se olhe o presente. O tempo que se vive agora e que pode ser desenhado por cada sujeito que se quer cidadão participativo, responsável, crítico. Por isso, atual, que se pode entender quase sem ser necessário afinar o olhar, que se faz no dia a dia de todos os dias. Até porque, e de acordo com perspetivas várias e transversais (Guedes e Duarte, 2015; Lipman, 2003; Roldão, 1999), desde os primeiros níveis de ensino, em contexto escolar, é possível

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

desenvolver o espírito analítico, criativo, eticamente cuidado dos alunos. Pela reflexão sobre aspetos reconhecidamente sociais, como a justiça, a igualdade ou a liberdade, aqueles futuros cidadãos podem iniciar a sua construção de um posicionamento individual, ao longo do tempo medrado, em relação à sociedade e aos seus valores. Por fim, há as prolepses. As viagens rumo ao tempo futuro. O pensar adiante, sem levitações, o perceber que ‘as coisas’ se ligam e que as ações concretizadas e que, às vezes, parecem ‘tempo perdido’ não o são, porque ainda se espera um amanhã.

Bibliografia:

ALVES, Luís Alberto (2001), “O Estado da História – o Ensino”, *Revista da Faculdade de Letras - História*, III série, vol. 2, pp. 23-31.

BARCA, Isabel (2010), “Narrativas e consciência histórica dos jovens”, *Enseñanza de las Ciencias Sociales*, 10, pp. 22-28.

BARCA, Isabel; SCHMIDT, Maria Auxiliadora (2013), “La consciencia histórica de los jóvenes brasileños y portugueses y su relación con la creación de identidades nacionales”, *Educatio Siglo XXI*, vol. 31, n.º 1, pp. 25-46.

BARCA, Isabel (2015), A formação da consciência social dos jovens no horizonte da Educação Histórica, *Educação Santa Maria*, v. 40, n.º 3, pp. 591-604.

BLOW, Frances; LEE, Peter; SHEMILT, Denis (2012), “Time & Chronology: conjoined twins or distant cousins?”, *Teaching History*, núm. 147, pp. 26-34.

BRENIFIER, Oscar; DESPRÈS, Jacques (2007), *O Livro dos Grandes Opostos Filosóficos*, Lisboa, Edicare.

CARRETERO, Mario; KRIGER, Miriam (2006), “La usina de la patria y la mente de los alumnos: un estudio sobre las representaciones de las efemérides escolares argentinas” in Mario Carretero; Alberto Rivero; Maria Fernanda González (coords.), *Enseñanza de la historia y la memoria colectiva*, Buenos Aires, Paidós, pp. 169-196.

CARRETERO, Mario; BORRELLI, Marcelo (2008), “Memorias recientes y pasados en conflicto: cómo enseñar historia reciente en la escuela”, *Cultura y Educación*, 20(2), pp. 201-215.

CARRETERO, Mario *et al.* (2013), “La construcción del conocimiento histórico”, *Propuesta Educativa*, 39, pp. 1-18.

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

CARRETERO, Mario (2017), “Teaching History Master Narratives: Fostering Imaginations” in Mario Carretero; Stefan Berger; Maria Grever (eds.), *Palgrave Handbook of Research in Historical Culture and Education*, United Kingdom, Palgrave Macmillan, pp. 511-528.

CASTORINA, José António (coord.) (2005), *Construcción conceptual y representaciones sociales. El conocimiento de la sociedad*, Madrid/Buenos Aires, Miño y Dávila.

DOMÍNGUEZ, Jesús (2015), *Pensamiento histórico y evaluación de competencias*, Barcelona, Graó.

GLASER, Barney; STRAUSS Anselm (1967), *The Discovery of Grounded Theory. Strategies for Qualitative Research*, New Brunswick/London, Aldine Transactions.

GUEDES, António; DUARTE, Pedro (2015), “Filosofia para Crianças no 1.º ciclo do Ensino Básico: potencialidades da articulação curricular”, *Ensinar e Aprender com Criatividade dos 3 aos 12 anos – Atas*, pp. 106-115.

KÖLB, Carlos; STRAUB, Jürgen (2001), “Historical Consciousness in Youth. Theoretical and exemplar empirical analyses”, *Forum: Qualitative Social Research*, 2(3), pp. 1-48.

KOSELLECK, Reinhart (2000), *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*, Barcelona, Paidós.

LÁSZLÓ, János; LIU, James (2007), “A narrative theory of history and identity: social identity, social representations, society and the individual” in Gail Moloney; Iain Walker (eds.), *Social representations and identity: content, process and power*, London, Palgrave Macmillan, pp. 85-107.

LEGARDEZ, Alain; SIMONNEAUX, Laurence (2006), *L'école à l'épreuve de l'actualité: Enseigner les questions vives*, Paris, ESF Éditeurs.

LÉTOURNEAU, Jocelyn (2017), “Teaching National History to Young People Today” in Mario Carretero; Stefan Berger; Maria Grever (eds.), *Palgrave Handbook of Research in Historical Culture and Education*, United Kingdom, Palgrave Macmillan, pp. 227-242.

LEVSTIK, Linda; BARTON, Keith (2011), *Doing history: Investigating with children in elementary and middle schools*, London/New York, Routledge.

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

LIPMAN, Matthew (2003), *Thinking in Education*, New York, Cambridge University Press.

LOFF, Manuel (2008), “As duas Primaveras: o Marcelismo e o 25 de Abril” in Fernando Catroga (coord.), *Optimismo e pessimismo acerca do futuro de Portugal*, Lisboa, Edições Colibri.

MATTOSO, José (2006), *A Função Social da História no Mundo de Hoje*, Lisboa, Associação de Professores de História.

RICOEUR, Paul (1983), *Temps et récit*, Paris, Editions du Seuil.

ROLDÃO, Maria do Céu (1999), *Gestão Curricular: Fundamentos e Práticas*, Lisboa, Ministério da Educação.

ROSAS, Fernando (2009), “Seis teses sobre memória e hegemonia, ou o retorno da política”, *Vírus*, 5, pp.18-20.

RÜSEN, Jörn (2010), *Jörn Rüsen e o Ensino da História*, Curitiba, Editora UFPR.

SAÍZ, Jorge; GÓMEZ, Cosme (2016), “Investigar el pensamiento histórico y narrativo en la formación del profesorado: fundamentos teóricos y metodológicos”, *Revista Electrónica Interuniversitaria de Formación del Profesorado*, 19(1), pp. 175-190.

SEIXAS, Peter (2005), “Historical Consciousness. The progress of knowledge in a Postprogressive Age” in Jürgen Straub (coord.), *Narration, Identity and Historical Consciousness*, New York, Berghahn Books, pp. 141-159.

SEIXAS, Peter; MORTON, Tom (2013), *The Big Six Historical Thinking Concepts*, Toronto, Nelson.

SOLÉ, Glória (2009), *A História no 1.º ciclo do Ensino Básico: a conceção do tempo e a competência histórica das crianças e os contextos para o seu desenvolvimento*, Tese de Doutoramento em «Estudo do Meio Social», Braga, Universidade do Minho.

TODOROV, Tzvetan (1987), *La conquista de América. El problema del otro*, México, Siglo XXI.

VANSLEDRIGHT, Bruce (2008), “Narratives of Nation-State, Historical Knowledge and School History Education”, *Review of Research in Education*, 32(1), pp. 109-146.

WERTSCH, James (2004), “Specific narratives and Schematic narrative templates” in Peter Seixas (ed.), *Theorizing historical consciousness*, Toronto, University of Toronto Press, pp. 49-62.

Ana Isabel Moreira, Xosé Armas Castro – “Tudo começou com D. Afonso Henriques”: o tempo histórico nas narrativas de estudantes do Ensino Básico – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 1. 158-179. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a9

WINEBURG, Sam (2001), *Historical thinking and other unnatural acts*, Philadelphia, Temple University Press.